



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

1 — A REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO

RECIFE, 5 DE MAIO DE 1964

DURANTE A HOMENAGEM PRESTADA PELO
GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

Ao agradecer a oportunidade deste encontro com figuras tão representativas, bem como a alta distinção que a mim é tributada, não cumpro mera formalidade ao acentuar que aqui temos o testemunho de que, rapidamente, Pernambuco se restaura nas suas melhores tradições.

Realmente, para quem conhece a vossa história e o patrimônio que representa para o Brasil, havia desapontamento ante as deformações que vos eram impostas, privando-vos das vossas mais autênticas características políticas e sociais. Bem sei que tal deformação não representava algo peculiar a Pernambuco. Dominada e conduzida por uma minoria ávida dos fáceis proventos auferidos do poder, a vida brasileira, de algum tempo a esta parte, tornara-se irreconhecível para muitos da minha geração, e que, na mocidade, haviam sonhado com uma Pátria moral e materialmente engrandecida pela devoção e o sacrifício dos seus filhos. Nem exagero dizendo que uma terrível inversão de valores passara quase ao normal na administração e na política, não sendo raro assistirmos à deserção dos melhores, que se consideravam vencidos, se não inadaptados às tristes condições da vida pública nacional.

Também não passava desapercibido àqueles mais atentos aos costumes, infelizmente dominantes, que os interesses do País jamais eram considerados. Cuidava-se de tudo — menos do Brasil. E, como se houvesse virtual aliança de escusos objetivos, três grupos locupletavam-se imoderadamente à sombra do Governo. Um deles era o dos membros do próprio Poder, que, por todos os modos e de maneira insaciável, usufruíam regalias, vantagens e

oportunidades para um enriquecimento ilícito, e que por vezes poderíamos apontar até como afrontoso às dificuldades de milhões de brasileiros. Ao lado destes instalara-se um esquerdismo corrupto, que se cevava apressadamente nos cofres públicos e particulares, como se adivinhasse a transitoriedade do crime. E a ambos, servindo-os, e nêles buscando apoio para toda a sorte de negociatas, juntaram-se alguns setores de afortunados, que ainda mais enriqueciam com prejuízo do País.

Nenhum deles tinha os ouvidos abertos para os reclamos e as queixas do povo. Não lhes sobrava tempo para tanto, pois tinham por escopo explorar vorazmente o Tesouro e iludir a Nação através de uma desenfreada demagogia. A bem dizer era a bola de neve da corrupção cada vez maior e mais disseminada, atirando-se às mais indecorosas manobras políticas, num largo jogo de interesses que visavam ganhos cada vez maiores, e também menos escrupulosos. O lucro fácil das grandes percentagens, ou de esper-tas operações bancárias, tornou-se até motivo de emulação pela qual se poderia medir a capacidade dos comparsas. E, durante longo tempo — pois seria grave erro não assinalar que a má prática provém de longe — o povo, enganado pelas palavras e pelas promessas com que se tripudiava sobre a sua ignorância, foi traído e roubado, justamente por aqueles que mais tinham o dever de defendê-lo.

Remonto ainda a aspectos de nossa recente história política. Desde 1946 o comunismo brasileiro passou a ser um fator da corrupção nacional. Sob a forma de acôrdos, fizeram-se os conluí-os mais deprimentes, que desmoralizaram programas e viciaram a expressão democrática das eleições.

A corrupção comunista, além de atingir partidos, buscou o dinheiro de direitistas ricos e também dos cofres públicos. E, mais do que isso, mobilizou a farândola de «militares nacionalistas», «capitalistas tolerantes», «burgueses progressistas», «cristãos compreensivos», «intelectuais independentes», e «esquerdistas avançados».

Nem faltam os políticos que, na insânia das suas ambições, imaginaram fazer do Partido Comunista instrumento de seus desígnios. Na realidade, por sua organização indeformável e

calculado domínio das questões políticas e partidárias, o comunismo os transformou em veículos da sua propaganda, infiltração e solapamento da vida política brasileira.

O comunismo brasileiro não quer dar de comer a ninguém; nem pretende dar terra a pessoa alguma. O que quer é destruir as nossas instituições políticas democráticas, desbaratar as Forças Armadas e levar ao caos a economia brasileira, a fim de poder implantar a ditadura já instalada em outros países.

Não tenho o complexo anticomunista. Procuro, sim, distinguir e valorizar o que pode enfrentar a ideologia marxista-leninista. Nem o meu anticomunismo exclui o conhecimento de conquistas da Revolução de 1917, cuja evolução se processa há mais de quarenta anos. Acredito, porém, mais no homem do que no Estado, mais na liberdade democrática do que na igualdade comunista. Até porque não creio que o regime marxista-leninista traga o bem-estar geral para o povo brasileiro.

O meu anticomunismo admite que a evolução política e social do Brasil deve incorporar também idéias e propósitos da esquerda democrática, sem o que não estaríamos presentes na segunda metade deste século. Não compreendo, no entanto, porque importarmos toda uma ideologia que destruirá as melhores qualidades do brasileiro, a começar pelo amor à liberdade e o desejo de viver a seu jeito.

Não atino também porque elementos ricos da direita dão, covardemente, dinheiro ao partido comunista, enquanto pessoas do centro buscam condições de equilíbrio nas relações indecorosas com o comunismo. E esquerdistas desfibrados e sem autenticidade com êle convivam numa vizinhança promíscua e comprometedora.

De fato, todôs êstes, na ambigüidade e no bifrontismo das suas convicções, são marginais da vida democrática do mesmo modo que também o seriam, graças às suas desprezíveis condições de caráter, no regime comunista. Ou será que a ambição ou o medo ainda não os fêz alcançar verdade tão meridiana?

Bastava, pois, um paradeiro em tal estado de cousas para justificar a Revolução de 31 de março, que, amanhã, quando mais completas as perspectivas do historiador, será vista como o início de

um nôvo estilo de govêrno no Brasil. Bem sabemos que o primeiro dever do governante, aquilo que cumpre ser a nota dominante no seu ânimo de administrador, é entregar-se determinadamente aos inadiáveis problemas econômicos, financeiros, políticos e sociais, que hoje assoberbam e inquietam todos os responsáveis pela vida nacional. Contudo, tais preocupações, por mais absorventes que sejam, nunca poderão significar o abandono da Nação aos agentes e aos hábitos da corrupção. Estes são poderosos, tenazes e insidiosos.

Apresentam-se sob variados disfarces, com o propósito de enganar aos menos avisados, desejosos de passarem por vítimas, quando, na verdade, são incompatíveis com a dignidade da vida pública. Daí a necessidade de permanente vigilância, a fim de impedir que os instrumentos da corrupção voltem a dominar este País.

Não permitamos que o fatalismo da velha sentença segundo a qual «cada povo tem o govêrno que merece» se entronize em nosso comodismo, ou em nossas desilusões. O conceito rebaixa a mentalidade política e amesquinha o homem brasileiro. Este merece muito mais. Merece, principalmente, aquêlo nôvo estilo de govêrno, em que a honradez, por tão generalizada, não constitua título, e sim uma constante entre os que se dedicam ao serviço da administração.

Entre os seus postulados, a Revolução colocou no Ato Institucional a defesa da «paz e da honra nacional». Quis assim significar que a considera incorporada aos seus fundamentos essenciais, e sem cuja manutenção seria impossível reconhecê-la, e muito menos servi-la com lealdade. Por isso mesmo o Govêrno terá de cumprir, serenamente e sem transigência, o mandato que lhe foi legitimamente outorgado.

Aliás, sòmente assim estaria fiel àquele nôvo estilo de Govêrno inaugurado no Brasil, e no qual, ao lado da seriedade de propósitos, da elevação dos objetivos e da integridade das ações, também esteja a firmeza nos atos e nas decisões necessários à preservação do movimento de 31 de março. Um govêrno no qual a justiça, imposta a poderosos e humildes com igual isenção, seja uma âncora

do cidadão; um governo onde se não conheça nem o malbarato, nem a malversação dos dinheiros públicos; um governo onde todos, sem distinção, se sintam garantidos nos seus direitos e prerrogativas. Um governo, enfim, que se imponha como segurança para que todos possam viver, trabalhar e prosperar num ambiente de confiança. Na realidade substituiu-se a demagogia pela honestidade das afirmações; trocou-se a traição pela lealdade; e colocou-se a segurança no lugar da intranquilidade do mesmo modo que a coragem está acima das vacilações. Assim, pelas sementes já lançadas, é possível imaginar as árvores de amanhã.

Quando ao iniciar este agradecimento vos disse que Pernambuco se restaurava nas suas melhores tradições, era justamente por saber que, apesar de tão sofrido e abalado pelos últimos episódios, que ameaçaram esmagar a nossa civilização, ou por isso mesmo, a honrada e laboriosa gestão do seu eminente Governador, o Doutor Paulo Guerra, a quem tributo as homenagens e o aprêço do Governo da República, dava bom exemplo de que também aqui há um novo estilo de governo. Estilo que se deverá multiplicar pelo Brasil afora a fim de o povo, sentindo e comparando, bem compreenda quanto é importante não permitirmos que a corrupção, seja qual for o nome ou a máscara com que se apresente, retorne ao cenário da vida pública nacional.

É para isso, para a grande obra da regeneração nacional ora iniciada sob as inspirações da Revolução, que o Brasil espera o apoio, a solidariedade, e também o exemplo do povo pernambucano. Do mesmo modo que, para levar a bom termo a vossa árdua tarefa no âmbito estadual, não vos faltará a ajuda do Governo Federal.

Senhor Governador: ao vos agradecer — e a Vossa Exma. esposa — não somente as galas desta festa, mas também a generosidade da vossa saudação, desejo reiterar o meu reconhecimento pela acolhida que me foi tão calorosamente dispensada pelo povo e as autoridades de Pernambuco.